

O GOLPE CONTRA OS TRABALHADORES E A DEMOCRACIA

O fim do estado novo em 1945 abriu as portas da democracia. Em pouco tempo os trabalhadores ocuparam a cena política. Novas lideranças de categorias como ferroviários, eletricitários, rodoviários, metalúrgicos, bancários, estivadores, marítimos, gráficos, construção civil, alfaiates, revitalizaram suas entidades sindicais, substituíram direções com baixa representatividade e atreladas ao estado e mobilizaram os trabalhadores para garantir aumentos salariais, 13º salário, previdência social, etc.

No período pré-golpe, os sindicatos de Porto Alegre, aglutinados pelo Comando Sindical, desencadearam uma importante luta contra a carestia. No dia 20 de novembro de 1958, depois de enfrentar as ameaças do chefe de polícia do estado, Augusto Muniz Reis, o Comando Sindical de Porto Alegre realizou uma grande “passeata da panela vazia” e uma paralisação de 24 horas, para advertir as autoridades. A luta contra carestia transbordou para exigência de um salário regional digno: *“já não podemos dizer que a fome e a miséria batem em nossas portas, elas já moram em nossos lares através dos minguados salários que recebemos”*, bradou um dos dirigentes do Comando Sindical de Porto Alegre (Correio do Povo, 21/11/1958). O Movimento Contra a Carestia elaborou propostas para fiscalização, abastecimento e comercialização de alimentos; apresentou projetos de habitação popular e reivindicou a participação em espaços públicos, transformando carências sociais em lutas por direitos e posicionando suas lideranças como interlocutoras de demandas sociais. Quando o governo decretou o congelamento dos preços, Francisco Mercante, líder sindical da orla marítima afirmou: *“quero deixar bem clara a minha opinião que nada tem de pedante ou tutelar: foram os trabalhadores, foi o povo que realizou a conquista do congelamento. Manifesto-me assim, porque isto é uma concepção de classe, da classe operária que pertencem”* (A Hora, 21/08/1958).

Em âmbito estadual, vários sindicatos de diferentes orientações políticas (trabalhistas, socialistas comunistas e independentes) se agruparam em torno do Comando Sindical do Rio Grande do Sul. Em 1958, lideranças como Dalimar Severo (construção civil), Wilson Borba Lima (gráfico), Roque Cruz Vargas (alfaiate), José Cesar Mesquita (metalúrgico) e Januário Luiz Barreto (comerciário) organizaram o III CTG (Congresso dos Trabalhadores Gaúchos), com a seguinte chamada: *“chega de leis, desejamos que sejam cumpridas as que já existem”*. Nesse congresso, o sindicalista eletricitário Jorge Alberto Campezzato, defendeu que o desenvolvimento não podia acontecer com a diminuição de direitos: *“para que a nossa produção consiga competir vantajosamente com a produção estrangeira, o que temos que fazer não é diminuir os direitos ou o bem estar dos trabalhadores; e sim aproveitar melhor o capital.”* (Correio do Povo, 12/12/1958).



Foto do III CTG, sendo coordenador por Luiz Vieira, Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre
Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre



Foto da reunião do Comando Sindical de Porto Alegre: da direita para esquerda (de costa): Januário Luis Barreto, Luis Vieira da Silva e Gabriel Quintana. Da direita para esquerda (de frente): Álvaro Ayala, José César Mesquita, Jorge Alberto Campezzato, Euzier Capiberibe, Enzo Pereira e Dalimar Severo.
Arquivo fotográfico de Jorge Alberto Campezzato

Além dessas organizações de classe, algumas categorias se unificaram para aumentar sua força. Foi aí que surgiu a Intersindical do Funcionalismo Público, a União dos Trabalhadores da Orla Marítima e a União dos Ferroviários, essa última presidida pelo líder sindical **José Carlos P. Azevedo**.

O movimento de ascensão da classe trabalhadora espalhou-se para interior do RS. Temos notícia de um manifesto contra a fome, publicado pelos Sindicatos Reunidos de Caxias do Sul. Em Novo Hamburgo, os trabalhadores organizaram o Pacto de Cooperação Intersindical. A motivação era tamanha, que já se falava em avançar para um pacto intermunicipal na região do Vale dos Sinos. O mesmo acontecia em alguns pólos regionais como Santa Maria, Rio Grande, Pelotas, etc.

Os trabalhadores também participaram da política partidária. Nas eleições de 1958, através do “Manifesto de Maio”, boa parte dos sindicatos do RS apoiaram a candidatura de Leonel Brizola. Baseados em um conceito equivocado acerca do populismo, alguns intelectuais tomaram esse gesto como exemplo de atrelamento. Mas o entendimento dos operários era outro, mas nas palavras de **João Rio**, presidente do Sindicato de Alimentação de Santa Maria, o apoio significava que os sindicatos *“não fazem política partidária, mas também não nos eximimos de direito de intervir organizadamente na política”* (Jornal a Hora, 10/09/1958).

Pautas específicas e corporativas foram enriquecidas com temas da agenda nacional: investimentos públicos na educação, limite na remessa de lucro ao estrangeiro, defesa da Petrobrás, encampação de setores estratégicos da economia nacional, controle do preço dos alugueis, acesso à terra, etc. Em pouco mais de 10 anos, em um ambiente de democracia, os trabalhadores colocaram no debate público um conjunto de reformas que tinham potencial para colocar o Brasil em outro patamar de desenvolvimento econômico e social.

Anos atrás conheci **João Aveline**, jornalista responsável pela cobertura da página sindical do jornal Última Hora, em entrevista ele me relatou um encontro com o Ministro do Trabalho na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Após a fala do ministro, *Eloy Martins*, histórico líder metalúrgico, levantou-se e proferiu o seguinte discurso:

“eu não entendo essa luta do movimento sindical, que era a luta do trabalhador brasileiro, do trabalhador em geral, que era uma luta de muito sacrifício, que ele tinha que todos os anos está lutando por aumento de salários, isso era um desgaste medonho, como cidadão e como pessoa. Tinha que chegar um dia que o trabalhador brasileiro tivesse uma tal situação de conforto em sua vida e em sua família que ele não tivesse aquele sacrifício de todos os anos de lutar, lutar por um percentual de aumento que não cobria nem sequer a inflação. O movimento sindical, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil, deve entender que é preciso se relacionar com a sociedade. Além de melhores salários, melhores condições de vida, melhor condição de trabalho é preciso reforma agrária, com base na idéia de que a reforma agrária não era apenas um problema dos camponeses, mas de toda a sociedade. Temos a questão da emancipação nacional, o problema da encampação das empresas estatais, de setores estratégicos da sociedade que era o petróleo, a energia elétrica, o telefon”.

Para **João Aveline** o movimento sindical da época *“tinha nas suas consignas, nos seus planos de trabalho e nos seus objetivos, já não tanto a questão do salário em si. Partindo do princípio que melhorando as condições de vida da sociedade brasileira, o salário melhoraria, passou a colocar problemas relacionados com a liberdade de imprensa, o problema do direito que a sociedade tinha da informação correta e não pela*

metade.” (Entrevista realizada com João Aveline em abril de 1999).

Os militares, avessos à democracia, semeavam o terror. Viam no avanço democrático o “perigo do comunismo”. As elites conservadoras, assustados com a perda dos seus privilégios e temendo conviver em um país com maior igualdade, apoiavam os generais. Antônio Jacob Renner (A.J. Renner), um dos maiores empresários do Rio Grande do Sul explicou da seguinte maneira a suposta trama comunista: *“chegam informações de que os comunistas acertaram um plano para dominar os sindicatos brasileiros. A articulação se processaria de cima para baixo. Pretendem criar no Rio de Janeiro um organismo de cúpula denominado Central Sindical. Nos estados surgiriam centrais regionais filiadas e orientadas pela central Nacional (...). Como não são tolos tratam de disfarçar habilmente as suas intenções. Aparecem então a público agitando bandeiras simpáticas ao operariado, como são: o reajustamento do salário, o direito de greve, e outras”* (Jornal A Hora, 29/03/1958). Também é desse empresário o seguinte alerta: *“se não for modificada, a lei de greve lançara o país num verdadeiro caos econômico e social”*. Para A.J. Renner, a lei de greve, que tramitava no congresso nacional, *“era uma nuvem sombria e ameaçadora que iria jogar o país em um verdadeiro caos econômico e social”* (Jornal a Hora, 24/04/1958).

O movimento sindical gaúcho adentrou a década de 60 com uma enorme disposição de luta. Os professores do estado ameaçavam entrar em greve caso os salários não fosse corrigidos. Os brigadianos denunciavam que o governo estava transferindo verbas do pagamento de pessoal para construção de obras. Contrariados, fizeram o seguinte alerta: *“estamos acompanhando as reuniões do funcionalismo civil, vêmo-las com grande simpatia; mas advertimos: não tentem deixar a Brigada outra vez para trás. Não toleraremos continuar sendo preteridos”* (Última Hora, 18/08/1961). Os Municipários, liderados por **Lúcio Olimpo do Amaral Vieira**, presidente da União dos Trabalhadores Municipais, entraram em campanha salarial deixando claro para o prefeito de Porto Alegre que *“a classe municipal está(va) coesa em torno dos seus fins e lutará pelo aumento de 100% sobre os vencimentos. Luiz Vieira da Silva*, secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, informou que os metalúrgicos esperavam que *“a contraproposta dos empregadores seja a aceitação da nossa proposta”*. Na campanha salarial de 1964, os metalúrgicos de Porto Alegre estruturaram uma comissão de negociação salarial para apoiar a direção do sindicato. Essa comissão organizou um memorando que percorria as fábricas através dos delegados sindicais, recolhendo assinaturas e adesões sobre a proposta salarial e outras demandas da categoria, tais como a instituição do salário doença e o salário família (Última Hora, 13/02/64).

Em agosto e setembro de 1961, os trabalhadores organizados em pelotões, marcharam pelas ruas de Porto Alegre, dispostos a defender a democracia com suas vidas. O Batalhão dos tranviários, dirigido por **Eurico Brum, Osvaldo Girão e Marciano Ribeiro Neto**, quando desfilava na frente do Palácio Piratini, assemelhava-se a uma tropa da brigada militar. O Batalhão Praiano, dirigido por **Jorge Borges, Her Agapito da Luz, João Gregório Nascimento, João Carlos Gomes e Ari Diniz**, teve em suas fileiras 3.100 integrantes. O Batalhão Tiradentes, organizado pelos líderes sindicais **Analício da Silva Martins, Elpídio Pires Menezes, Alfredo Porfírio, Adão Ferreira de Oliveira da Silva e Antônio Fonseca**, contou com 300 voluntários. Outras categorias como metalúrgicos, eletricitários também organizaram seus pelotões. O Movimento da Resistência Democrática, também conhecido por Legalidade, obrigou os generais a se recolherem nos quartéis e fez com que a constituição prevalecesse. Mesmo constrangido com a imposição do parlamentarismo, votado em 2 de setembro de 1961, Jango assumiu a presidência da república.



*Foto do Batalhão Tiradentes
Arquivo fotográfico Jornal Zero Hora*



*Foto da população em frente ao Palácio Piratini.
Arquivo fotográfico Jornal Zero Hora*



*Foto do Batalhão dos trabalhadores da Cia. Carris
(Batalhão Tranviário) desfilando pelas ruas de
Porto Alegre
Arquivo fotográfico Jornal Zero Hora*

Os trabalhadores gaúchos propuseram a continuidade da Resistência Democrática para aprofundar as mudanças no RS. Cogitaram formar um conselho de pelotões operários. Temendo a perda de controle e o protagonismo dos trabalhadores, o governante da época optou pela desmobilização e por formas fantasiosas de organização.



Essas charges foram vendidas logo depois do desfecho da Resistência Democrática (Legalidade) e foram vendidas para arrecadar fundos para financiar as atividades dos Comitês de Resistência Democrática.
Arquivo fotográfico de Jorge Alberto Campezzato

Nas eleições de 1962, o candidato trabalhista, Egídio Michaelsen foi derrotado pela Aliança Democrática e Popular, encabeçada por Ildo Meneguetti. Após 17 dias de governo, Ildo Meneguetti promoveu uma brutal repressão contra 1.700 agricultores acampados em uma localidade conhecida por Passo Feio, entre Passo Fundo e Nonoai. O acampamento foi incendiado, camponeses foram espancados e lideranças presas. As lideranças sindicais que foram prestar solidariedade aos trabalhadores sem terra, ao aproximar-se da região, tiveram o ônibus interceptado pela Brigada Militar e escoltado até Nonoai. Proibidos de descer do ônibus, permaneceram várias horas expostos ao sol e à curiosidade dos transeuntes. Dias depois, quando interrogado pela imprensa sobre a ação repressiva contra os camponeses, o chefe de polícia declarou *“não reconhecer liderança alguma nos dirigentes presos”*. Em seguida completou: *“vieram alguns negros e resolvi mandá-los de volta a Porto Alegre, a fim de que voltassem às suas atividades, se é que as têm. Os agricultores não deviam mais retornar àquelas terras, porque não estavam cadastrados. Os dirigentes sindicais não passavam de agitadores”* (Última Hora, 20/02/1963).

Chocados com aquela súbita demonstração de força, o Comando Sindical distribuiu um manifesto condenando a prisão de 19 dirigentes sindicais e o atentado contra à livre manifestação de pensamento e os direitos do cidadão. O manifesto também denuncia que *“quando os moradores de Cachoeirinha, Canoas e outras cidades vizinhas da capital, se levantam em luta contra o brutal aumento nos preços das passagens, o governo intervém, não para solucionar o grave problema criado, mas para ocupar militarmente aquelas vilas e cidades, para efetuar prisões e mais prisões de trabalhadores, pelo crime de lutar em defesa da classe operária cada vez mais espoliada, pelo crime de lutar contra o escachoteamento das passagens”*. Enquanto o governo praticava arbitrariedades contra os trabalhadores do campo e da cidade, fazem vistas grossas à sanha dos grandes tubarões, que acumulam milhões de lucros a custa da fome e da miséria dos

trabalhadores e do povo; nada fazem contra aos especuladores, mas, ao contrário, os defendem intransigentemente” (Última Hora, 25/02/1963).

Meses depois do episódio de Passo Feio, Carlos Lacerda, a convite de Ildo Meneguetti, veio ao Rio Grande do Sul para exercer o papel de caixeiro-viajante do golpe. O governador cercou-se de todos os cuidados para garantir a segurança do visitante. Praticamente toda a Brigada Militar, sob o comando de Armando Prates Dia, foi colocada nas ruas. A visita de Carlos Lacerda, depois da pancadaria de Passo Feio, representava uma afronta para o movimento sindical. Imediatamente, surgiram várias manifestações de protesto. O primeiro e mais grave incidente se deu na chegada do “Corvo” ao aeroporto Salgado Filho, quando um coronel do exército baleou um líder ferroviário. Após gravar uma entrevista na Rádio Guaíba, Carlos Lacerda saiu à rua. A multidão que o aguardava começou a vaiá-lo. O grupo de Choque da Brigada Militar resolveu silenciar as vaias dos manifestantes. Ao tentar socorrer um casal de namorados que passava pela rua da Praia, Assis Hoffmann, um dos grandes fotógrafos das lutas sociais, foi brutalmente espancado, até desfalecer. A passagem de Carlos Lacerda pelo Rio Grande do Sul deixou um rastro de sangue: um líder ferroviário assassinado e um fotógrafo gravemente espancado. Estava claro que Porto Alegre e o RS tinha se transformado em um dos laboratórios do golpe militar.

O movimento social sofria a repressão do estado e os ataques de setores conservadores da igreja católica. Dom Vicente Sherer, bispo de Porto Alegre, fazia questão de deixar claro que a *“Igreja se posiciona contra a orientação marxista ou capitalista liberal da Ação Popular. Esse movimento, pela sua orientação naturalista, não representa o pensamento cristão autêntico”* (Correio do Povo, 15/01/1964). Anos atrás, em uma celebração de Primeiro de Maio, Dom Vicente Sherer afirmou em um sermão que *“sabem todos com quanta veemência a Igreja Católica condena o comunismo (...). O combate vitorioso ao perigo comunista em toda a parte, também entre nós, exige a desproletarização das massas trabalhadoras”* (Correio do Povo, 05/05/1958).

Vicente Sherer inspirava-se em Dom Jaime de Barros Câmara, bispo do Rio de Janeiro que não se cansava de alertar os católicos da seguinte maneira: *“não pequem, votem conscientemente. Os candidatos divorcistas e comunistas merecem desprezo total. Quem errar na escolha do candidato é porque quer errar. Cada qual se lembre, porém, das contas que prestará a Deus, além das conseqüências decorrentes de um voto mal dado”* (Pronunciamento de D. Jaime na rádio Vera Cruz no Rio de Janeiro).

Os principais jornais também não se furtavam de condenar as greves, taxando-as de abusivas. O Correio do Povo de 19/01/1964 trazia a seguinte manchete *“Greves revolucionárias, mal disfarçadas em reivindicações salariais”*. O conservadorismo dos jornais da época sempre apontava o governo federal como cúmplice das greves. Nesse clima, os empresários se sentiam a vontade para lançar mão da violência, a manchete do jornal Última Hora de 09/01/1964 noticiou que um industrial desferiu seis tiros num operário e teve a coragem de dizer que *“refrigeração de pobre é buraco no peito”*.

O golpe militar foi tramado nos quartéis com a colaboração de renomados empresários. Foi respaldado pelo conservadorismo de setores da Igreja Católica e por editoriais e manchetes alarmistas da imprensa brasileira. Também contou com apoio ostensivo dos Estados Unidos. Até hoje, militares afirmam que o golpe aconteceu para impedir que o país se transformasse em uma república comunista. Na verdade, o golpe interrompeu o avanço da democracia, impediu a participação dos trabalhadores na definição dos rumos do país e bloqueou a possibilidade de um desenvolvimento econômico com distribuição de renda, igualdade e justiça. Até hoje paramos o preço desse atraso em nossa história.



Reunião com a intervenção militar no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre
Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre

Depois do episódio da Resistência Democrática em agosto e setembro de 1961, o RS passou a ter um tratamento especial por parte dos militares. Desferido o ataque contra a democracia em 01 de abril de 1964, os golpistas prenderam dezenas de líderes sindicais e amordaçaram os sindicatos. Concluo esse artigo transcrevendo o nome de algumas lideranças que lutaram nesse período e doaram parte de suas vidas para que o movimento sindical cumprisse o seu papel, são eles:

Dalimar Severo (construção civil e mobiliário), Bento Lopes Godói (Federação da Alimentação), Jose Cesar Mesquita (Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre), Luiz Vieira (Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre), Galdino Vargas Câmara (Federação dos Metalúrgicos), Wilson Borba Lima (Sindicato dos Gráficos), Álvaro Ayala (Sindicato da Energia), Roque Cruz Vargas (Sindicato dos Alfaiates), Jose Sanchez (Sindicato da Carris), Bruno Segala (Metalúrgico de Caxias do Sul), Darcy Almeida Mello (Construção Civil), Januário Luiz Barreto (Comerciário), Onofre Ilha Dornelles (União dos Ferroviários Gaúchos), Lauro Haggeman (jornalista), Her Agapito da Luz (estivador), Ony Nogueira (jornalista), José Carlos Azevedo (ferroviário), Firmino Otávio Bimbi (jornalista), Assis Brasil de Albuquerque (gráfico), Luis Vieira (metalúrgico), Elóy Martins (metalúrgico) e João Gregório do Nascimento (portuário).

Também prestarei uma homenagem a dois dirigentes sindicais que conheci nos anos 90. **Jorge Alberto Campezzato**, líder sindical eletricitário, foi preso, humilhado e teve a sua carreira profissional interrompida. Hospitalizado e lutando contra um câncer, ouvi desse velho comunista a seguinte frase: *“se tivesse que começar novamente, escolheria ser líder sindical”*. **Ivo dos Santos Amaral**, líder rodoviário, deixou Porto Alegre dias depois do golpe. Encontrei-o na periferia de São Paulo, levando uma vida humilde, mas muito orgulhoso de sua honradez e do seu passado como lutador social.

João Marcelo Pereira dos Santos
Assessor da CUT RS e Educador Popular
Doutor em História Social do Trabalho/Unicamp